

PRONERA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PARAÍBA

CAMILA DOS SANTOS ROCHA

UFPB. Graduanda do Curso de Pedagogia do Campo; Bolsista do Projeto Pet/Conexões – “Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas e do Campo”, Voluntária do Projeto PROLICEN 2013 e Monitora do Mais Educação. E-mail: camiladsrocha@hotmail.com

ANA PAULA ROMÃO ARAÇÃO

Professora Doutora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: anarosfe@hotmail.com

Introdução

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) foi criado a partir das pressões durante o encontro de educadores da Reforma Agrária, ocorrido em julho de 1997, o I Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária (ENERA), promovido em parceria pelo Movimento dos Trabalhadores Sem – Terra (MST), pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF), pelo Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e Universidade de Brasília (UNB) e Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). A estruturação do PRONERA surge quando o programa passa a ser uma política pública de educação envolvendo trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

É um programa articulador de vários ministérios, diferentes esferas do governo e de instituições e movimentos sociais e sindicais de trabalhadores (as) rurais para qualificação educacional dos assentados da Reforma Agrária. Representa uma proposta que tem o caráter singular de ser uma política pública específica de Educação de Jovens e Adultos em áreas de reforma agrária, proposta pelo governo federal, como resposta a uma articulação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

Este artigo tem por finalidade proporcionar visibilidade de tal política pública, contribuindo ao ensino e pesquisa de uma educação do/no campo. Atentamos para que as instituições de ensino

superior tenham uma maior sensibilidade e um olhar social acerca dos sujeitos oriundos de assentamentos, comunidades quilombolas e demais denominações dos indivíduos que contemplam o campo. Visto a necessidade de uma maior disseminação de tais direitos, é importante ressaltar a valorização desse sujeito, vindo do campo, pois esse, já vem carregado de preceitos e de incapacidades delimitadas por ele e pela sociedade no geral, que na maioria das vezes torna-se excludente, que julga e impõem determinadas visões.

PRONERA, Políticas Públicas e Expansão de Acesso à Educação

O elevado índice de analfabetismo nas áreas de assentamento em nosso país levou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a lutar por uma educação do campo expressa em proposta político-pedagógica própria, desde a década de 1990.

O direito à educação foi, ao longo dos anos, negado às classes mais pobres da população brasileira, dando origem à luta por uma educação que respeite e atenda às necessidades dos povos do campo os mais atingidos pela exclusão educacional. Essa realidade tem gerado, ao longo dos anos, a situação de precariedade em que vive a escola do campo, seus resultados pedagógicos insuficientes e altos índices de evasão responsáveis em boa parte pelo contingente de pessoas jovens e adultas fora da escola e ainda um grande contingente de pessoas não alfabetizadas. (FURTADO, 2006, p. 45)

Sobretudo é importante ressaltar que o PRONERA é uma política pública em construção, elucidando que a relação sociedade civil/ Estado instituída nesse processo é fundamental para à efetivação da democracia.

Para tanto, algumas das políticas públicas principais constam de metas necessárias. A primeira delas, trata-se da ampliação o PRONERA como uma política pública permanente e expandir a edu-

cação para a totalidade dos sujeitos do campo, inclusive para outras categorias além dos assentados, assegurando em parceria com o Ministério da Educação (MEC) a construção de uma rede de escolas, equipamentos e recursos necessários ao seu funcionamento.

Segundo, construir estratégias políticas entre o MEC e MDA/Inkra para garantir o envolvimento e comprometimento dos estados e municípios com a Educação do Campo nas áreas de reforma agrária (infra-estrutura; formação de professores; gestão; merenda escolar; erradicação da exploração do trabalho infantil; entre outros); Terceiro, diversificar a oferta de cursos, considerando as necessidades relativas ao desenvolvimento sustentável do campo.

Além disso, é necessário que a Educação do Campo possa instituir de forma regular os cursos especiais nas universidades e ampliar o número de vagas para professores e técnicos, por meio da realização de concursos públicos. E, por fim, fortalecer a luta pela educação por meio de estratégias políticas a serem definidas pelos movimentos sociais.

O PRONERA no Ensino Superior

Algumas ações da universidade pública se destacam assumindo o papel de formação, através de setores, ou mesmo de políticas públicas oriundas principalmente da luta de movimentos de resistência, expressos por ideais políticos, socioeconômicos e educacionais. Destaca-se a política pública da educação do campo expressa, nesse caso, pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), como forma de valorizar a formação cidadã, fundamentada na ampliação da equidade social e, por conseguinte, minimização das desigualdades, aumento de possibilidades e oportunidades em condições de igualdade e reconhecimento de distintas identidades culturais.

PRONERA surge principalmente como resultado de demandas e pressões dos movimentos sociais de luta pela terra e por

educação do campo, uma vez que a universalização do ensino não ocorre concomitante as condições de acesso e permanência em condições de igualdade, justiça, respeito e promoção da cidadania. Se como seguimento da expansão e universalização do ensino pela universidade, mas a análise do ensino superior no Brasil é complexa em função de sua diversidade estrutural e organizativa, sendo imprescindível compreendê-lo no atual contexto da educação no Brasil, levando-se em consideração aspectos de ordem econômica, social, cultural, territorial, dentre outros.

É na perspectiva de atender as demandas dessa diversidade cultural e estrutural dos educandos que o PRONERA se pauta na promoção de uma proposta curricular explícita, englobando os conteúdos das disciplinas e especialmente as concepções filosóficas, referências teórico-metodológicas e os princípios políticos e pedagógicos da Educação do Campo, visando à afirmação e o fortalecimento da identidade e do território camponeses.

Experiências do PRONERA na UFPB

A experiência do PRONERA em nível superior na UFPB no ano de 2008 a 2011 debruçou-se na realidade dos egressos, buscando o entendimento da educação do campo e o método de alternância que vivenciava os educandos, permitindo aos mesmos a união na prática do cotidiano de suas comunidades e/ou assentamentos e as teorias conectadas.

E contribuindo com pesquisas, a universidade na visão de estrutura tradicionalista para repensar a sua forma de construção de saber. O curso de Pedagogia do PRONERA contribui para um novo método de construção do conhecimento científico dentro da universidade na metodologia da alternância, Tempo Escola – Tempo Comunidade, onde os contemplados pelo programa podem ter seu tempo comunidade respeitado, ou seja, em tempo de colheita o aluno é liberado da escola, podendo assim voltar para a mesma com

um aprendizado de vida ainda maior para poder compartilhar com todos, é importante ressaltar que muito do que é vivido durante o momento de ensino e aplicado na comunidade.

Houve desistência de alguns alunos, mas no final concluiu quarenta e cinco alunos da Turma Dom José Maria Pires, escolhido por apoiar na luta do direito a terra e aos movimentos sociais. Na colação de grau o formado João Muniz da Cruz Filho, foi que iniciou com sua poesia, onde fala dos preconceitos que enfrentou pelos alunos de outros cursos, chamando de jecas, mas que depois mudou, conheceram suas histórias, luta e a respeitar.

Outros problemas que os alunos passavam era o repasse dos recursos do curso de Pedagogia PRONERA era um problema constante que acontecia na UFPB e em todas as universidades do Brasil. Muita incerteza gerava no curso em cada semestre em relação ao funcionamento do curso, a cada início de aula era uma expectativa se haveria o repasse da verba, exemplo o alojamento dos educandos, o transporte do alojamento a UFPB, matérias pedagógicas e didáticos básicos. Em 2009, os recursos só foram disponibilizados depois de dois meses da previsão do início das aulas.

Em 2009, segundo ano de execução do curso, por exemplo, os recursos foram disponibilizados dois meses após a previsão de início das aulas, desarticulando toda a dinâmica organizacional pretendida no planejamento e implicando em um período mais curto entre os momentos de ida à universidade para, assim, regularizar a situação no semestre posterior. A situação se repetiu em 2010 e, certamente, dificultou a já complicada organização dos tempos de estudo na UFPB. (CORREIA, 2011, p.62)

Contudo não dificulto a troca de experiência entre conhecimento científico e a vivência dos grupos populares do campo, contribuindo o diálogo mais rico e amplo de cultura geral. Transformando a visão da academia do modo de produção científico, trazendo outros elementos, o saber popular, a prática sendo agora ligado com as teorias, Vivência – Teoria Científica.

O PRONERA permite aos sujeitos do campo que faz parte dos movimentos sociais uma formação em todos os aspectos sociais e humanos, importante mudança que reflete em benefício das comunidades que recebe esse sujeito mais crítico e ativo de transformação de sua vida e da sua comunidade.

Populações Atendidas e Resultados

A população atendida pelo PRONERA é composta por aqueles que por algum motivo ou razão abandonaram a escola, estando ainda no ensino fundamental, são os jovens e os adultos, assentamentos, comunidades que fazem parte da vizinhança e todos aqueles que estiverem em sociedade com o INCRA.

A perspectiva de educação do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária – PRONERA se inspira nos princípios de educação defendidos pelos movimentos sociais do campo que define o protagonismo dos sujeitos do ato educativo, uma construção coletiva de conhecimentos sobre a realidade do campo, que alie teoria e prática, que valorize os saberes camponeses, que promova a autonomia e emancipação. (Di LORENZO, 2011, p. 13)

O PRONERA desfruta de um campo vasto em conhecimento que tem atraído muitos pesquisadores universitários por meio de sua direção pedagógica. Através das pesquisas podemos avançar na prática da alfabetização de jovens e adultos, sempre inovando e a partir do programa contribuindo com um mundo de conhecimento e aprendizado no intuito de aumentar o número de alfabetizados e capacitados referente aos moradores do campo e assentamentos.

Como tudo na vida tem seus altos e baixos, o programa também tem seus problemas e os pedregulhos que surgem no meio do caminho a enfrentar, porém os resultados que são positivos dão forças ao programa e assim podem continuar a lutar por uma formação mais humana e uma pedagogia que irá partir da identidade,

cultura e realidade local. O PRONERA seria executado melhor, com mais qualidade se existissem e fossem cumpridas as políticas públicas para os sujeitos do campo, com respeito ao trabalho que é solidário, coletivo, participativo onde impera a cooperatividade e deixado para trás a concepção de que a área do campo e assentados se resume apenas em ser “rural”.

Ainda como resultados positivos o PRONERA é conceito em matéria de pesquisas. Os professores das universidades já estão no campo de saberes do campo, e é também área rica em conhecimento e experiências para pós-doutorado e os alunos. Expandindo e divulgando educação do campo, deixa para trás paradigmas fúteis de que o campo é só o rural e não há nada mais a extrair de lá além dos alimentos.

Nas universidades foram feitos acordos juntos ao INCRA incumbidos responsabilmente de formar muitos trabalhadores do campo e residentes de assentamentos nos cursos de magistério, apoiar os cursos de profissionalização e agropecuária. A escola do campo tem que se preocupar com o que acontece na reforma agrária, no dia a dia dos moradores do campo, para incrementar a metodologia e conseguir alfabetizar um número maior e conseguiu a permanência dos jovens e adultos nas escolas do programa.

As políticas públicas têm olhado para a educação do campo. Mais não é com tanta atenção. Quando começarem a olhar com mais atenção para está questão importante, os resultados de positividade aumentarão e com essa atenção os sujeitos do campo, que são objetos de estudo de sua própria realidade ganhará voz. Este programa tem beneficiado aqueles que fazem parte dos movimentos sociais em geral e posso citar como prioridade o MST, pois são filhos da luta pela reforma agrária, luta pela moradia das terras que lhes foram tiradas. Será posto em pauta seus dilemas e apreensões consideradas interessantes e colocar a educação do campo nos eixos.

Conclusão

A necessidade de fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável. Através de ações que contemple aos educandos a alfabetização e educação fundamental de jovens e adultos acampados (as) e/ou assentados (as) nas áreas de Reforma Agrária, bem como, garantir aos assentados(as) escolaridade/formação profissional, técnico-profissional de nível médio e curso superior em diversas áreas do conhecimento. Em se tratando a formação dos educadores, vemos que é preciso a formação qualificada e continuada, para que, esses professores estejam preparados para atuarem nos vários níveis de ensino e na educação especial, no caso, Educação de Jovens e adultos – EJA. Com tudo, se faz necessário um trabalho conjunto entre o governo e os profissionais da educação para organizar, produzir e editar os materiais didático-pedagógicos necessários à execução do programa; realizando encontros, seminários, estudos e pesquisas em âmbito regional, nacional e internacional que fortaleçam a Educação do Campo.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária. Programa Nacional da Reforma Agrária. *Manual de Operações*. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.incra.gov.br/images/phocadownload/reforma_agraria/projetos_e_programas/educacao_no_campo_pronera/programa_nac_educacao_reforma_agraria.pdf Acessado em: 17/06/2013.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. *Educação do Campo: Pronera, Uma Política Pública em Construção*. 2006. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br:8080/ri/bitstream/123456789/3506/1/2006_TESE_SMGCARVALHO.pdf. Acessado em: 09/07/2013.

FURTADO, Eliane Dayse Pontes. *Estudo sobre a educação para a população rural no Brasil*. 2006. Disponível em: http://www.red-ler.org/estudio_educacion_poblacion_rural_brasil.pdf Acessado em: 17/07/2013

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-de-imprensa/noticias/11629-primeira-turma-de-pedagogia-do-pronera-cola-grau-na-ufpb> Acessado em: 07/07/2013

CORREIA, Deyse Morgana das Neves. *EDUCAÇÃO DO CAMPO E ALTERNÂNCIA NO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA PRONE-RA/UFPB: ENCONTRO DE TEORIAS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR*. 2011. Disponível em: http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_arquivos/12/TDE-2011-07-25T113119Z-1094/Publico/arquivototal.pdf Acessado em: 12/06/2013

DI LORENZO, Ivanalda Dantas Nóbrega. *EDUCAÇÃO, CIDADANIA E IDENTIDADE NO TERRITÓRIO CAMPONÊS*. 2011. Disponível em: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT18-Ivanalda-Dantas.pdf> Acessado em: 18/07/2013